AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 2 – N.º 4

3 DE MARÇO DE 1978

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

ROANALYSIS é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola (GIA) dedicada à análise e previsão dos mercados agropecuários, cuja periodicidade é quinzenal de fevereiro a agosto, e mensal de setembro a janeiro.

ORDENADOR — Paulo Rabello de Castro

ADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

stecimento, Tributação, Infraestrutura Rural	—	Ailton Coentro Filho
mos Modernos, Meteorologia	—	Bruno M. Rangel Pessanha
nomia Internacional, Feijão	—	Roberto Moreno Moreira
ação Fundiária e Trabalhista, Política Nacional	—	José Marcos Lemos Fochi
da e Crédito, Cana-de-Açúcar, Mandioca	—	Moema Unis Benevides
oz, Café, Fumo	—	Regis N. Cunha Alimandro
uária Bovina	—	Antonio R. Marques Gonçalves
aginosas, Trigo, Metais	—	Fernando R. Freitas Almeida
viço de Informações Básicas	—	Francisco A. Fonseca Menezes
ras, Processamento Agroindustrial e Agrocomercial	—	Inês Teresa Lyra
au, Fruticultura, Horticultura	—	Itazil F. Benício dos Santos
ho, Rações, Animais de Pequeno Porte	—	Ivan Wedekin

ADRO DE APOIO

cumentação	—	Maria Eunice Rocha
retaria	—	Maria Dolores G. Fernandez
	—	Maria Beatriz R. Fernandes
	—	Maria do Carmo M. Gomory
	—	Desirée Virgínia Machado
	—	Jorge Martins dos Santos

Agroanalysis. v.I — , n.1 —; 1977 —
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30cm Quinzenal (fev. a ago.)
Mensal (set. a jan.)

1. Agricultura — Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 — 10º — ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 — Rio de Janeiro — RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 2 nº 4

3 de março de 1978

ÍNDICE

PANORAMA AGROPECUÁRIO

Preços no Mercado Externo pág. 2
Preços no Mercado Interno pág. 4
Preços Relativos pág. 6
Fatores de Produção pág. 8

COMENTÁRIOS

Avicultura pág.10
Cevada pág.10
Soja pág.12
Têxteis pág.13
Feijão pag.14

NOTA DA EDIÇÃO

A preocupação com o problema de abastecimento interno de um produto básico na alimentação do brasileiro dá destaque especial ao feijão, nesta edição. Os supermercados vêm sendo abastecidos pelos estoques governamentais de feijão resultantes das importações realizadas em 1977, enquanto os produtores têm preferido colocar o produto em EGF, aguardando a recuperação de sua cotação no varejo.

A problemática do parque fabril de máquinas e implementos agrícolas dirigiu nossa atenção em FATORES DE PRODUÇÃO para um segmento de mercado operando com capacidade ociosa e que se preocupa com a busca ou ampliação do mercado externo, como solução para o setor. Problema similar de ociosidade vem sendo experimentado pelos industriais de calcário e é, também, analisado nesta edição.

Ainda no mercado interno, a avicultura, com seu preço ascendente, contrariando as expectativas de safra, tem explicação para a alta na sustentação do preço do boi – ver PREÇOS RELATIVOS – Mercado Interno. A cevada surge como nova esperança de cultura de inverno, no sul do país. E os estoques de produtos têxteis, pela ausência de inverno em 1977, como também pelos reflexos da política de desaceleração da economia, encontram-se ainda bem elevados – ver COMENTÁRIOS.

Finalmente, inicia-se a colheita meridional sujeita a sombrio desfecho: a seca tem obrigado contínuas revisões de estimativas, não poupando, nem mesmo, culturas mais resistentes como a soja. Entretanto, ressalvada essa causa próxima, existem outros fatores de desorganização no mercado da leguminosa, entre os quais, a importação de grão e a baixa qualidade do produto nacional.

Agroanalysis	*Rio de Janeiro*	*v.2*	*n.4*	*pág. 1 a 15*	*mar. 1978*

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

ATÉ: 27/2/78

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição real dos futuros 78 mar	78 mai	78 jul	78 set	78 nov	79 jan	79 mar	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+ 6%	+ 8 %	US ¢ 8,67 (mar)				+ 4 %			+ 10 %	↘	Iminência da imposição de cotas de importação pelos EUA.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters, Cotton World Stat.	+ 47 %	- 1 %	US ¢ 52,23				+ 4 %			+ 9 %	→	Possível "set aside" para 78/79 nos EUA. Ampliam-se estoques norte-americanos. Grande safra mundial 77/78.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+ 38 %	+ 4 %	US ¢ 134,65 (mar)					- 8 %		- 19 %	↗	Revisão do excedente mundial de 100 mil t para 86 mil t. Reentrada "oficial" da URSS comprando 15 mil t da Nigéria.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+ 30 %	+ 3 %	US ¢ 189,47 (mar)					- 5 %		- 34 %	↘	Venda do café colombiano com descontos. Reentrada dos países centro-americanos no mercado.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa–se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

NOTA: Cotações no disponível de açúcar, cacau e café suspensas. Considera-se, então, o futuro 1ª entrega.

Panorama Agropecuário

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição real dos futuros 78 mar	78 mai	78 jul	78 set	79 nov	79 jan	79 mar	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+ 24 %	- 1 %	US ¢ 218,29	+ 3 %			0 %			+ 2 %	→	Demanda nos EUA firme. Estoques norte-americanos elevados.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+ 39 %	+ 2 %	US ¢ 557,14	+ 2 %		+ 3 %		0 %			→	Demanda internacional firme. Frustração da safra brasileira. Elevados estoques nos EUA.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+ 50 %	+ 3 %	US $ 157,29	- 5 %			- 3 %				→	Sem alteração
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+ 10 %	+ 2 %	US ¢ 264,13	0 %						+ 2 %	→	Sem alteração

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

ATÉ: 27/2/78

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	+ 51 %	0 %	Cr$ 294,40	↗	Preço deverá reagir diante da fixação do preço mínimo para pluma safra 77/78.
ARROZ Amarelão-Est. Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	- 24 %	- 1 %	Cr$ 390,00	→	Entrada da safra 77/78. Retenção dos estoques gaúchos à espera de melhor preço.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+ 58 %	+ 4,7 %	Cr$ 2.050,00	↘	Corrosão do preço mínimo real enquanto não for anunciado novo plano de sustentação. Quebra brasileira não compensa influência baixista
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	- 16 %	+ 1 %	Cr$ 278,00	↘	Mercado nominal estável com o valor real se deteriorando devido à inflação.

*** Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

Panorama Agropecuário

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

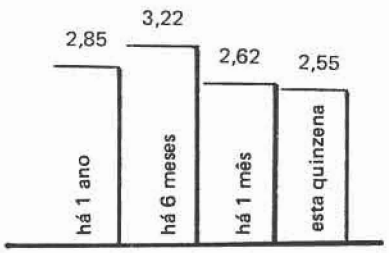
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+ 28 %	+ 2,7 %	Cr$ 370,00	↗	Estocagem em EGF do feijão paranaense da safra das águas na expectativa de valorização do preço. §§ Ver Comentários
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	- 13 %	- 7 %	Cr$ 17,32	↘	Acompanhando estabilidade nominal no mercado de carne bovina. §§ Ver Comentários
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	- 14 %	- 1 %	Cr$ 108,60	→	Entrada da safra 77/78 "versus" especulação quanto à quebra esperada.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+ 30 %	+ 7 %	Cr$ 180,50	↘	Entrada da safra gerando maior disponibilidade de grãos. §§ Ver Comentários

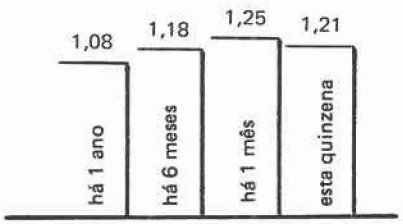
* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

MERCADO EXTERNO

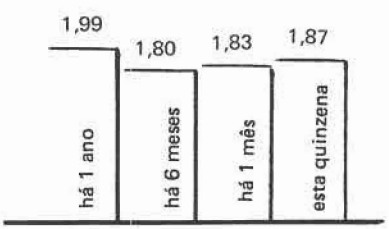
Soja / Milho



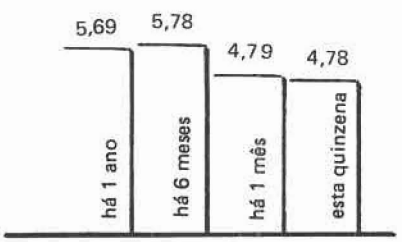
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho



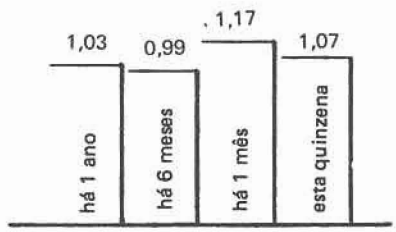
FONTES -- Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

NOTAS: **Permanece praticamente sem alteração a relação de preços soja/milho. Em relação à última quinzena, este indicador evoluiu de 2,53 para 2,55, em consequência do ganho de 0,6 % no preço da soja e de uma redução de 0,2 % no preço do milho. Enquanto continua superior a 2,50, o preço relativo soja/milho costuma ser um indicador da vantagem de se plantar mais soja em detrimento do milho, nos EUA *** A relação de preços trigo/milho vem diminuindo há um mês, em decorrência dos movimentos de baixa e de alta nas cotações do trigo e do milho, respectivamente, desde o início do ano *** Em comparação com a última quinzena, o preço relativo algodão/soja decresceu 2,6 % , em função, principalmente, de uma queda de 1,5 % na cotação do algodão neste período, resultante de uma menor demanda pelo algodão norte-americano *** Da mesma forma, o preço relativo algodão/milho também se reduziu nesta quinzena, em relação à anterior (de 4,85 para 4,78) *****

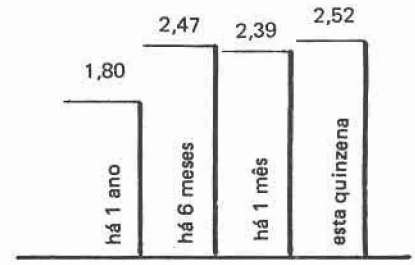
PREÇOS RELATIVOS

MERCADO INTERNO

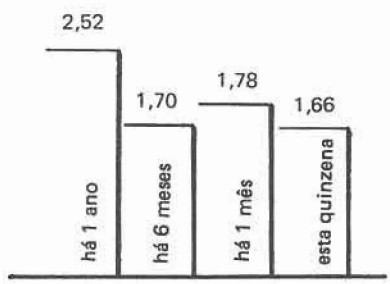
Boi Gordo / Frango Abatido



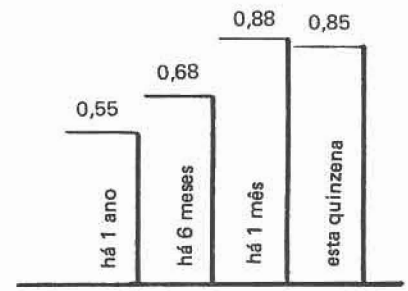
Frango Abatido / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

NOTAS: Depois de alguns meses de crescimento contínuo, até a última quinzena, quando chegou a 1,19, o preço relativo boi gordo/frango abatido reduziu-se em 10%, nesta quinzena. Isto decorreu diretamente da súbita elevação de 12,5% no preço do frango, contrariando a tendência normal de baixa, que se configurava desde janeiro. No mesmo período, o preço do boi elevou-se em cerca de apenas 1% *** O aumento no preço do frango também fortaleceu as margens dos avicultores, pois o preço da ração permaneceu inalterado nesta quinzena *** A relação de preços soja/milho sofreu queda (-14%) nesta quinzena, em consequência do início da colheita da safra brasileira de soja, afetando negativamente o preço do produto. Embora também em início de colheita, o milho permanece com os preços aquecidos, na expectativa de g grande quebra da safra deste ano *** O leve declínio na relação de preços feijão preto/feijão a cores (de 0,88 na quinzena anterior, para 0,85 nesta quinzena) deveu-se ao aumento no preço do feijão a cores, enquanto o feijão preto, pouco comercializado em São Paulo, permaneceu estável na Bolsa de Cereais dessa cidade ***

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

(Dados SINFAVEA – Setor Tratores – e colaboração especial de Massey Ferguson do Brasil)

A excessiva capacidade instalada do parque fabril de máquinas e implementos agrícolas no Brasil, comparativamente à demanda, tem se constituído em permanente fonte de preocupação de seus dirigentes. A partir de 1976, com o escasseamento do crédito rural, alimento básico do crescimento da produção , o setor, com raríssimas exceções, vem se ressentindo de crises financeiras em virtude principalmente da defasagem entre a produção programada e as vendas reais.

MERCADO EXTERNO – SAÍDA REAL ?

A busca e/ou ampliação de mercados externos vem exercendo um certo "fascínio compulsório" à criatividade desses dirigentes. A abertura para o exterior viria de encontro a dois problemas: 1) minoração dos custos totais de produção por unidade, pela redução da capacidade ociosa; 2) facultação de entrada de mais alguns milhões de dólares em divisas.

SINFAVEA – EXPORTAÇÃO DE US$ 1,0 BILHÃO EM 10 ANOS

Dentro dessa ótica e, praticamente ao mesmo tempo, foram encaminhadas duas propostas à área governamental: A primeira, do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (SINFAVEA), mais ambiciosa, dentro do esquema de apoio do BEFIEX, consubstancia um plano de vendas ao exterior de máquinas e implementos agrícolas e de construção, no valor US$ 1,0 bilhão, no período de 10 anos.

SIMERS – EXPORTAÇÃO INICIAL DE US$ 1,0 MILHÃO/ANO

A segunda, oriunda do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SIMERS), mais modesta, propõe, através de um consórcio de 23 empresas, a venda ao exterior de máquinas e implementos agrícolas no montante de US$ 1,0 milhão por ano, no período inicial da implementação do projeto.

SINFAVEA – IMPORTAÇÃO IGUAL À EXPORTAÇÃO: VETO MINISTERIAL

Apesar das argumentações de que o mercado externo para máquinas e equipamentos é extremamente restrito e de que o saldo líquido seria exportador no final do período, o Ministro da Indústria e do Comércio vetou o projeto do SINFAVEA. Dois pontos serviram de base à decisão ministerial: 1) o pecado original de contrabalançar a meta de exportação com a importação de igual montante (U$ 1,0 bilhão), em equipamentos industriais e componentes, para remanejamento e crescimento do índice de nacionalização do parque fabril, além de peças de reposição de máquinas em uso no mercado; 2) retrocesso na sistemática do BEFIEX, inaugurando um regime de desigualdade de tratamentos em prejuízo de outros setores industriais, já enquadrados na proporção importação/exportação de 1:3 dólares.

1978 – CRÉDITO ESCASSO

No plano interno, a preocupação de caráter imediato refere-se ao montante de crédito a ser posto em disponibilidade ao setor, para o exercício de 1978. Até o momento, de concreto figura o montante de Cr$ 13 bilhões provenientes do Banco do Brasil SA. O volume a ser repassado, através de bancos particulares, ainda depende de decisão do Banco Central. Cogita-se que o montante da verba destinada ao repasse seja da ordem de Cr$ 5 bilhões que, juntamente com a disponibilidade do Banco do Brasil, perfará um total bem abaixo das reivindicações do setor. O memorial às autoridades governamentais estimava em Cr$ 29,5 bilhões as necessidades creditícias para a manutenção do ritmo de expansão da mecanização agrícola no exercício corrente.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS USADAS – VENDAS FINANCIADAS EM DEBATE

Em relação ao financiamento da venda de tratores e máquinas agrícolas usadas, assunto em discussão na área oficial de crédito, as informações são de que o sistema de revenda das indústrias apresenta condições satisfatórias de garantia ao comprador. Espera-se, contudo, que a fonte de recursos para essas transações não seja a mesma que financia as máquinas e equipamentos novos, cuja demanda permanece firme, face à produção programada de crescimento zero em relação ao ano passado.

CALCÁRIO AGRÍCOLA

PROCAL – EXPANSÃO DA CAPACIDADE INDUSTRIAL

Estimuladas por vultosos recursos provenientes do Programa Nacional de Calcário (PROCAL), as indústrias do setor expandiram vertiginosamente a capacidade de extração e refino de calcário, nos anos de 75 e 76.

DEMANDA, FUNÇÃO DIRETA DO CRÉDITO

A concessão de financiamentos com prazo dilatado para pagamento e sem juros, na época do lançamento do PROCAL, estimulou a demanda muitas vezes além da necessidade, visto que a inflação anual, da ordem de 40% se encarregaria fatalmente de anular o débito.

CALAGEM – EFEITOS POSITIVOS NO SOLO

Obviamente, a calagem, em solos de acidez acentuada, leva ao aumento da produtividade agrícola, como resultado de seus efeitos diretos e indiretos. Diretos, na medida em que fornece cálcio e magnésio (macronutrientes vegetais) e, indiretos, pelo aumento do pH do solo, através de mudanças químicas, físicas e biológicas, que induzem a uma maior solubilização dos macro e micronutrientes contidos no solo e nos fertilizantes adicionados.

Assim, torna-se questionável o emprego de fertilizantes, sem aplicação de corretivos, em solos excessivamente ácidos de ocorrência generalizada no país. O resultado dessa prática é o sub-aproveitamento dos fertilizantes, ocorrendo, mesmo nos casos extremos (pH excessivamente baixo), o bloqueio em grandes proporções de sua absorção pelas plantas.

PROCAL DESATIVADO – EMPRESAS EM CRISE, CRÉDITO ALOCADO ABAIXO DO REIVINDICADO

As indústrias de calcário, após um ano de aperto financeiro, encontram-se com estoques elevadíssimos, em decorrência do cancelamento de milhares de pedidos no ano passado, quando foi desativado o PROCAL. Presentemente, reivindicam junto às autoridades governamentais a liberação de recursos da ordem de Cr$ 4,5 bilhões para o PROCAL, considerando insuficientes os Cr$ 2,5 bilhões recentemente aprovados pelo CMN e a serem liberados, a partir de março.

DESCONTINUÍSMO DAS POLÍTICAS – REPERCUSSÕES NEGATIVAS

Embora aquinhoado parcialmente, sobrepairam ao setor as dúvidas que o descontinuísmo da política oficial inevitavelmente traz. Nesse sentido, resta saber quais serão as consequências negativas para as fábricas que, quando não paralisadas, operam com capacidade ociosa.

A omissão do conceito de longo prazo no planejamento de setores industriais, suportes da agricultura, acarreta sempre prejuízos econômico-financeiros diretos ao setor, com repercussões negativas mais amplas na economia, pela influência nos índices da produtividade agrícola.

FERTILIZANTES E CORRETIVOS – VANTAGENS DA CONVERGÊNCIA DAS POLÍTICAS

No caso específico dos calcários, que desempenham papel coadjuvante aos fertilizantes, seria racional maior conjugação dos planos de produção e de consumo, vinculando-os umbilical e cientificamente às disponibilidades creditícias anuais para cada setor. Esse ponto de vista agiganta-se na medida em que se sabe ser nacional toda a produção de calcário, e a dependência externa que ainda prevalece no setor de fertilizantes.

Comentários

AVICULTURA

ALTA NO PREÇO DO FRANGO

O repentino aumento do preço do frango, a partir do princípio da segunda quinzena de fevereiro, no estado de São Paulo, impõe um esclarecimento sobre as causas deste fenômeno , incomum nesta época do ano.

PREÇOS DO BOI SUSTENTAM MERCADO DE FRANGOS

A observação da variação estacional dos preços de frango no período 70-76, praticados em São Paulo, denota uma conjuntura baixista no primeiro semestre, com realce a partir de fevereiro e culminando em julho. Em agosto, os preços iniciam um processo de recuperação, mantendo-se num patamar superior, até o mês de janeiro seguinte. A despeito das sazonalidades inerentes à própria exploração avícola, esse comportamento dos preços mantém significativa aderência ao desenvolvimento dos preços da carne bovina em seus períodos de safra e de entressafra.

Deste posicionamento estrutural, advém significativo condicionante de alta dos preços do frango, na temporada em curso. Com efeito, a obstinada resistência à queda dos preços dos bovinos, normal em plena safra, veio carrear um revigoramento das cotações de frangos no mercado paulista, contrariando a tendência normal.

ESPECULAÇÃO COM MILHO ELEVARÁ CUSTOS DOS AVICULTORES

Entretanto, não parece ser este o único fator a explicar a recente elevação do preço do frango. As estimativas, cada vez mais sombrias, da próxima safra brasileira de milho, prestes a ingressar no mercado, têm gerado um componente especulativo a influenciar o preço do cereal. Os preços do milho têm-se mantido firmes, apesar do início da colheita. A situação poderá tornar-se ainda mais dramática, caso seja deflagrada uma corrida à formação de estoques por parte de avicultores, comerciantes especuladores e industriais. Tal fato geraria uma espiral de elevação de custos de produtos de pequenos animais, complicando ainda mais a área de provisionamento de carnes.

SETOR SE RESSENTE DE DEFINIÇÕES GOVERNAMENTAIS

De resto, em meio a possíveis importações de milho e de carne bovina, em 1978, acordos de cavalheiros, custos de produção mais elevados, ameaças ou tabelamentos que, por certo, se descortinarão nos próximos meses, também paira sobre o setor produtivo de pequenos animais o espectro da indefinição da política governamental para o setor. A ausência de definições esclarecedoras sobre as regras que deverão nortear a comercialização compromete as diretrizes da produção para o mercado interno e a agressividade do exportador brasileiro.

CEVADA

NOVA ESPERANÇA DE INVERNO ?

A busca de novas opções dentre as culturas de inverno, para a continuação do sistema de lavouras em sucessão com a soja, encontra no plantio da cevada uma nova esperança.

Os repetidos problemas apresentados pelo trigo, aliados ao crescente consumo de cerve-

ja no Brasil, levaram nossos agricultores a se interessarem pela gramínea. No entanto, a defasagem entre o aumento da produção e a demanda interna pela cevada cervejeira (estimada em 300 mil t, suficientes para produzirmos 240 mil t de malte) levaram-nos à terceira posição entre os importadores mundiais de sementes de cevada e malte.

ELEVADAS E CRESCENTES IMPORTAÇÕES

Atento à participação desses produtos em nossa pauta de importações, o governo criou, em abril de 1976, um grupo de trabalho para a elaboração e implantação de um plano nacional de auto-suficiência em cevada e em malte, cujos resultados deverão frutificar no início da próxima década. O plano prevê a construção de maltarias e de silos especiais para a armazenagem das sementes, distribuídas pelas regiões produtoras.

PROJETO DE AUTO-SUFICIÊNCIA

A nível de produção agrícola, é notória a viabilidade do projeto de auto-suficiência. No Brasil, as áreas propícias ao cultivo da gramínea localizam-se no sul do Paraná, em Santa Catarina (região de Mafra) e, no Rio Grande do Sul, no Planalto Médio e de Cachoeira à fronteira com o Uruguai, abrangendo perto de três milhões de hectares.

ÁREA DE TRIGO PODE SER MANTIDA

Para o pleno atendimento das necessidades atuais, bastariam 250 mil ha plantados, considerando-se uma produtividade média de 1.200 kg/ha. Assim, poderá o plantio de cevada efetuar-se independentemente de redução no plantio do trigo, garantindo ao agricultor uma renda a partir de terras hoje sem aplicação.

As múltiplas utilizações da cevada propiciarão, mais tarde, seu emprego em setores que não exclusivamente o de bebidas, o que permitirá a ampliação da área de plantio.

SISTEMA ATUAL NO SETOR PRODUTIVO

O fornecimento de sementes para o plantio da cevada, vem sendo feito, há vários anos, pelas cervejarias, mantenedoras de centros particulares de pesquisas de variedades. A associação entre estas empresas e cooperativas de produtores é o fator responsável pelo rápido crescimento da produção brasileira nos últimos anos.

BAIXA CAPACIDADE DE MALTEAÇÃO

No setor industrial, porém, é que se encontram as maiores dificuldades a serem superadas pelo plano de auto-suficiência. A rápida resposta dos plantadores acarretará uma boa produção em 1978, prevista em 200 mil t, que esbarrará na pequena capacidade de malteação do atual parque industrial do setor (estimada em 57 mil t).

Pontos de estrangulamento já poderiam ter surgido, portanto, caso a colheita de 1977 atingisse as 120 mil t previstas. A quebra da safra, de cerca de 30%, deu margem a um atendimento razoável às maltarias e impediu a formação de um excedente de grãos, cuja transformação em malte estaria impossibilitada *a priori*, pois a primeira maltaria programada para este ano, somente iniciará suas atividades em meados de 1979.

EM 1978 PODE OCORRER EXCEDENTE

Como para 1978 espera-se um aumento na área de plantio, poderemos chegar a um impasse, pois as indústrias cervejeiras não terão, ainda, condições de processar as sementes e continuarão importando o malte.

NOVAS MEDIDAS DE APOIO SERÃO NECESSÁRIAS

A aceleração do plano de auto-suficiência apresenta-se como solução necessária, mas não suficiente, para a anulação das compras externas, já próximas aos US$ 80 milhões.

Os baixos preços internacionais da cevada cervejeira, resultantes de grandes produções

mundiais consecutivas, e as vendas de malte subsidiado por empresas européias recomendam a adoção de medidas restritivas às importações desses produtos e de amparo aos produtores brasileiros, para que se viabilize o projeto de auto-sustentação.

SOJA

DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA INFLUENCIA AS COTAÇÕES

Conhecida a potencialidade da oferta norte-americana de soja, as expectativas do mercado voltaram-se para as informações sobre a produção brasileira, cujo volume, há alguns anos, supera os 15 % da produção mundial da leguminosa. Assim, as decisões tomadas na última reunião do Subcomitê Técnico da Soja, em 14/2, ao admitirem a ocorrência da primeira grande frustração de safra brasileira desde que o país se elevou ao posto de segundo maior produtor mundial, colaboraram para a elevação das cotações internacionais, que já vinham revelando indícios de superação da pressão baixista dominante nas últimas semanas.

OUTROS FATORES INFLUEM NA RECUPERAÇÃO

Contudo, a diminuição da oferta brasileira não é o único fundamento da recuperação ora verificada nos preços internacionais da soja. Outros fatores atuam paralelamente, no momento. A escassez de carvão, em pleno inverno nos EUA, motivada pela greve dos mineiros, chegou a comprometer o funcionamento de algumas indústrias de esmagamento, num quadro de sérias dificuldades de transportes, que prejudicam o escoamento da produção norte-americana. Simultaneamente, novas compras da Europa Ocidental aqueceram a demanda, pelo complexo soja, enquanto retornaram as especulações sobre a entrada soviética no mercado.

RECURSO A IMPORTAÇÕES PARA MANTER O MERCADO DE GRÃOS

As anunciadas importações de soja pelo Brasil, para a manutenção de sua parcela do mercado mundial de soja em grão, reforçaram a impressão de que a safra brasileira de 1978 não igualará a anterior. A nível de oferta mundial, porém, uma redução, entre um e dois milhões de t, na participação brasileira, será parcialmente compensada pelos acréscimos nas produções argentina e paraguaia que, conjuntamente, alcançarão, este ano, cerca de 2,5 milhões de t.

O rápido aumento da produção daqueles países, porém, não deverá ser suficiente para colocá-los como única fonte das compras admitidas pela CACEX. A eliminação da exigência do depósito prévio estabelecido para as importações de soja, requisito não aplicável aos países da área da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), confirma a possibilidade de abastecimento em outras fontes. Os EUA surgem, então, como o mais provável fornecedor, caso se efetivem as importações brasileiras.

DISPUTA INTERNA PELOS GRÃOS SERÁ ATENUADA

Internamente, contornadas as diferenças tarifárias, a entrada de grãos importados contribuirá para a atenuação da disputa pelo produto brasileiro entre o parque moageiro doméstico e os exportadores. Todavia, se confirmada até o final da colheita a baixa qualidade dos grãos obtidos nas primeiras lavouras colhidas, poderá se fazer necessário o recurso ao *draw back*.

Comentários

PARQUE DE ESMAGAMENTO, RAZÃO DAS IMPORTAÇÕES

A ênfase atribuída, nos últimos anos, ao incremento das exportações de farelo e óleo de soja, em detrimento da ampliação das vendas externas da soja em grãos, resultou no rápido progresso da indústria de esmagamento do país, que vem a ser a responsável pela atual contingência de se importar a soja, no sentido de estancar a crescente ociosidade das indústrias e prevenir custos sociais indesejáveis.

TÊXTEIS

AUSÊNCIA DE INVERNO E DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA ELEVAM ESTOQUES

A ausência de inverno rigoroso no país, bem como os reflexos no consumo da política de desaceleração adotada pela economia brasileira, foram os motivos mais importantes a levar à formação de um grande estoque interno de produtos têxteis no ano passado. Estes fatos ocorreram num período em que os investimentos, realizados anteriormente, estavam em sua fase final de maturação e a indústria têxtil nacional iniciava suas operações a plena capacidade.

PROTECIONISMO LEVA À BUSCA DE NOVOS MERCADOS

Externamente, após a recessão mundial, medidas protecionistas vêm sendo tomadas, particularmente por nossos maiores compradores. Embora a receita de exportação brasileira de manufaturados têxteis venha aumentando sistematicamente, desde 1971, a taxa de crescimento já começava a apresentar sinais de declínio a partir de 1974.

Ano passado, foi necessário ao Brasil lançar-se em novos mercados a fim de suprir a diferença entre o *quantum* que se pretendia exportar para a Comunidade Econômica Européia (CEE) – que absorve 35% de nossas exportações têxteis – e as quotas por ela impostas. Entretanto, a busca de novos mercados não é tarefa fácil. Além da competição estrutural com as fibras artificiais e sintéticas, existe, ainda, a concorrência de nossos adversários comerciais (Hong Kong, Formosa e Coréia do Sul). É bem verdade que estes países e o Brasil são ambos favorecidos internacionalmente por produzirem a menores custos, principalmente devido ao pagamento de salários mais baixos do que nos países desenvolvidos. Por outro lado, o maior problema que se coloca para o Brasil é o fato de que estes três países concorrentes formam um só bloco, ao terem a maior parte de sua indústria controlada por empresas multinacionais de mesma bandeira.

EFEITOS DE POLÍTICA DE SUBSÍDIOS

Há, contudo, instrumentos fiscais que auxiliam o escoamento das exportações brasileiras de têxteis. Os créditos de IPI para a exportação brasileira de fios e tecidos de algodão estão em 18 e 25%, respectivamente, e os de ICM em 13%, para ambos os produtos. Cabe acrescentar que esta política de subsídios tem- nos trazido alguns problemas com os EUA – nosso segundo maior absorvedor de têxteis – que vêm acusando o Brasil de *dumping*.

NECESSIDADE DE DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES TÊXTEIS

Os fatores que explicam a maior participação dos itens fios e tecidos de algodão na pauta de exportação têxtil (ano passado ambos participaram com 51%) são nossas vantagens comparativas, bem como a preferência dos compradores em realizar o processamento final em seus países, para tal utilizando tecnologia sofisticada. Assim

sendo, a possibilidade de o Brasil se concentrar na exportação de produtos têxteis, em sua fase final de acabamento, depende da produção interna de máquinas têxteis com a sofisticação tecnológica comparável à dos países desenvolvidos. Como no Brasil, a curto prazo, isto é impraticável, a alternativa seria a importação destas máquinas. Entretanto, parece que começamos a impor restrições a estas importações, em 1978, através do comunicado 78/2 da CACEX, cujo objetivo seria o de minorar os déficits enfrentados pela balança comercial.

PERSPECTIVAS PARA 1978

Em vista de tal quadro interno e externo, não se espera um melhor desempenho do setor para este ano. Internamente, não se vislumbram grandes recuperações na demanda, porquanto parece que a política de desaquecimento continuará. No plano internacional, apesar de as quotas impostas pela CEE se situarem abaixo do esperado, foram consideradas razoáveis pela indústria têxtil nacional. Falta saber se a sobretaxa norte-americana continuará a retrair as compras de têxteis brasileiros. Como pelo menos 20 % de nossa produção interna devem ser exportados, a fim de não debilitar o setor, espera-se que este percentual seja cumprido através de outros mercados (Austrália, por exemplo) que absorvam a parte consumida pela Comunidade e pelos EUA.

Parece, então, que o crescimento do setor permanecerá, no máximo, semelhante ao do ano passado (+ 2 a 3%) mesmo porque as possibilidades de vultosos investimentos esbarrarão nos fatores apontados. Isto, por sua vez, poderá impedir a ampliação do parque industrial têxtil, a médio prazo, com possíveis reflexos na nossa participação, a nível mundial.

FEIJÃO

AÇÃO DO GOVERNO NA COMERCIALIZAÇÃO

Desde há muito apontada como ponto de estrangulamento da cultura, a comercialização do feijão vem sendo foco de atenções dos governos federal e do estado do Paraná. Com a preocupação de fornecer liquidez imediata aos produtores, a CFP lançou o programa de pré-financiamento do feijão (pré-EGF), cuja aplicação se fará a partir da próxima safra das secas. Este programa visa reduzir a ação dos intermediários, adquirindo o produto dos agricultores através de cooperativas, que contariam com um capital de giro de Cr$ 34,7 milhões para comprar o feijão do produtor e fazer face aos custos de transporte.

Paralelamente, o governo do Paraná – principal estado produtor – tem liberado recursos para o programa de Apoio ao Pequeno Produtor. Estes recursos cobrem o acesso das cooperativas à zona de produção e permitem, também, adiantar aos produtores Cr$ 250,00/saca de 60kg, concedendo-lhes a opção de receberem a diferença segundo o preço mínimo ou o preço de mercado.

REDUZ-SE A INTERVENÇÃO

O aspecto mais importante deste programa se encontra na dinamização das formas de contato com o pequeno produtor que, além de ser procurado pelas cooperativas, às quais não precisa estar necessariamente filiado, tampouco se depara com os trâmites

burocráticos das operações diretas com os bancos. Os frutos desta iniciativa tornam-se visíveis, ao observarmos que, no Paraná, o volume de feijão comercializado pela política de preços mínimos em 77 foi de 250 mil sacas e, este ano, já atingiu, pelo menos, 1,5 milhão de sacas.

COMPRIME-SE A MARGEM DOS SUPERMERCADOS

Se, por um lado, estes novos programas têm conseguido oferecer uma alternativa ao produtor, reduzindo-lhe as perdas, a formação e a retenção de estoques financiados através de EGF têm causado uma pressão altista no preço do feijão, no atacado. Adicionando-se as despesas de transporte interestadual, limpeza, sacaria etc., o feijão preto da última safra já atinge, na Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro, cotação em torno de Cr$ 400/saca de 60kg, incompatibilizando-se com a tabela CIP-SUNAB que fixa o preço no varejo em Cr$ 7,20/kg. Tal elevação de preços não é especulativa, mas resultante da remuneração do produtor a preços compatíveis com os custos, por intermédio do preço mínimo estipulado pelo governo.

APOIO AO PRODUTOR INCOMPATÍVEL COM A ATUAL TABELA

Não existem, ainda, reflexos no abastecimento urbano, visto que os supermercados estão sendo supridos pelos estoques governamentais de feijão importado, que lhes são repassados a preços compatíveis com a tabela. Com a duração destes estoques prevista até fins de março, espera-se, nesta época, a alteração da tabela CIP-SUNAB, como reflexo do atual preço mínimo aplicado, evitando-se, assim, uma crise de abastecimento que atingiria, principalmente, a rede oficial de distribuição — os supermercados. Caso a tabela não mude, configurar-se-á uma situação na qual apenas os pequenos estabelecimentos ofertariam o produto. Estes poderiam pagar preços elevados no atacado, uma vez que não sofrem nenhum tipo de tabelamento, iniciando um círculo vicioso de aquecimento dos preços, rompível apenas pela modificação da tabela.

Considere-se, finalmente, que a ação estadual (e a futura ação federal) deverá permitir uma margem de ganho mais elevada para o produtor, sem onerar excessivamente o consumidor, ao contrário do que vinha acontecendo pela ação especulativa dos intermediários.

Comentários

Também colaboraram neste número os seguintes estagiários:

Irene Freire Raguenet
Sônia Uderman
Lauro Flávio Vieira de Faria
Rogério Carneiro Campello
Pedro Henrique Junqueira Reis
Jorge Batista Torres

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 — Rio de Janeiro — RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo — representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais — Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais — Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais — Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas — Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica — Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugenio Decourt